



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SETUBAL

Realizada em 20 de junho de 2018

N.º 12/2018

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito, realizou-se, pelas dezasseis horas e treze minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

Esta reunião foi presidida pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal Manuel Joaquim Pisco Lopes e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores Fernando Jorge de Oliveira Paulino, Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Carla Alexandra Potrica Guerreiro, Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ricardo Jorge Fialho Oliveira e Eugénia Filomena Rodrigues Valido Oeiras da Silveira e Silva.

Faltou a Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria das Dores Marques Banheiro Meira, por se encontrar ausente em representação do Município, de acordo com o Despacho n.º 116/2018, anexo à presente ata, sob o registo n.º 1.

A Sra. Vereadora Teresa Alexandra Malveiro Andrade, esteve presente em substituição da Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota Gomes, ficando os pedidos de substituição e o documento de verificação de legitimidade e identidade de membro substituto, em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 2 a 5.

Secretariou a reunião, de acordo com n.º 3, do art.º 25.º, do Regulamento da Organização de Serviços em vigor, o Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos, Paulo Jorge Simões Hortênsio.

### **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

#### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do seu gabinete, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 6.
- b) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento do Serviço Municipal de Comunicação e Imagem, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.
- c) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Presidente, no âmbito do Departamento de Urbanismo (Licenciamentos), conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 8.
- d) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pelo Sr. Vice-Presidente, no âmbito da Divisão de Recursos Humanos, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 9.
- e) Foi dado conhecimento do mapa relativo aos despachos proferidos pela Sra. Vereadora Carla Guerreiro, no âmbito da Divisão de Espaços Verdes, conforme listagem constante em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 10.

## **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Gostaria de mencionar um aspeto que tem a ver com a venda do Hospital de Nossa Senhora da Arrábida juntamente com o Porto Salus, a um grupo multinacional “Grupo Orpea”, liderado pelo grupo multinacional europeu “Grupo SIS”. Como sabem, o terreno onde se encontra implementado neste momento o Hospital Nossa Senhora da Arrábida e a Porto Salus-residências assistidas, foi cedido por unanimidade à Santa Casa da Misericórdia de Azeitão em 2003, em reunião de câmara. O propósito da cedência foi a construção de um empreendimento, projetado pela Santa Casa da Misericórdia com residências assistidas, com infantários, com um hospital de retaguarda e todos os serviços que pudessem ser prestados dentro da área da saúde. Achamos muito bem que essa cedência fosse feita, uma vez que se trata de um projeto importante. Independentemente dos prazos mais cumpridos ou menos cumpridos, em abril de 2014 foi inaugurado este espaço. Tem sido um espaço de grande benefício para setubalenses, azeitonenses e também para todas as pessoas de Portugal. Há muita gente, que devido aos protocolos que foram estabelecidos pelo Hospital Nossa Senhora da Arrábida, têm acesso a cuidados continuados e paliativos de qualidade, a custo mínimo, dentro do Serviço Nacional de Saúde. Foram disponibilizadas 23 camas ao obrigo desses acordos, que funcionam em colaboração com a ACES Arrábida, sendo que a parte das residências assistidas funcionava de acordo com a Visabeira, que procedeu à sua construção. Soubemos há pouco tempo que a Visabeira optou por vender a Porto Salus ao “Grupo SIS” e que a Santa Casa da Misericórdia também optou por vender praticamente toda a sua participação neste projeto, mantendo uma participação mínima. Neste momento foi entregue o projeto a uma entidade cuja finalidade desconhecemos, apenas sabemos que é um grupo líder mundial em residências sénior, com o intuito de dar apoio geriátrico a seniores, mas não existe a certeza de que haja continuidade do projeto hospitalar, que neste momento muito nos preocupa. Como o contrato de cedência que a Câmara Municipal fez com a Santa Casa da Misericórdia é um contrato no qual foi dado direitos plenos, sem qualquer tipo de contrapartida, não houve prazos estabelecidos para funcionamento e por essa razão temos uma entidade que ao fim de quatro anos pode vender. Não houve garantia que tivesse que ser a Santa Casa de Misericórdia a manter aquele espaço, pode vender o terreno e pode vender o que quiser. Não estamos a pôr isso em causa, porque o contrato foi feito desta maneira.

Gostaríamos de chamar a atenção ou de pedir ao executivo que verifique se estão cumpridas as finalidades originais do projeto e se este novo grupo vai manter aquilo que foi estabelecido, nomeadamente a questão do hospital, que para nós é uma questão absolutamente central para o benefício público. Se assim for, compreendemos que ninguém pode obrigar ninguém a manter-se dentro de um projeto com um contrato desta natureza, se assim não for, se não forem cumpridos os fins iniciais se a câmara pode intervir. Pedimos que seja feita essa intervenção e pedimos que seja ouvido este grupo. Neste momento a direção clínica do hospital está perdida, porque ainda não houve nenhuma reunião e desconhecem qual vai ser o projeto para a parte hospitalar.

Estando garantida a parte hospitalar, que para nós é aquilo que interessa, gostaríamos que fossem mantidos os protocolos, independentemente do grupo que esteja à frente.

Futuramente gostaríamos que os contratos de cedência de terrenos a outras instituições tivessem alguma salvaguarda para o interesse público dos municípios.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Não querendo responder à intervenção da senhora vereadora Teresa Andrade, de facto fico espantado com a sua intervenção. Fico espantado num dia em que por acaso sobre a saúde, as notícias que ocorrem no país, são de todo curiosas e profundamente preocupantes, no que dizem respeito àquilo que é a resposta do Serviço Nacional de Saúde. Fico preocupado quando a senhora faz um conjunto de questões que eu não consigo perceber qual é o propósito da sua pergunta, vindo da bancada do Partido Socialista. No que diz respeito à questão e à matéria de cuidados continuados e cuidados paliativos poderia ser interessante que a senhora vereadora, representante do Partido

Socialista, nos pudesse dar respostas sobre aquilo que são as novas respostas, nomeadamente aquilo que é estratégia em cuidados paliativos e cuidados continuados na área do Serviço Nacional de Saúde. Dirigir-se a um executivo municipal que teve a preocupação de encontrar no seu território condições, de estabelecer com uma entidade, que creio que nenhuma figura política representada nesta câmara põe em causa a idoneidade, a Santa Casa da Misericórdia de Azeitão, que teve um terminado propósito, que tinha uma entidade privada como seu parceiro a Visabeira, para construir uma resposta, mas que neste momento, por circunstâncias que são de ordem da sua condição de negócio, a senhora vereadora quer dirigir a esta Câmara Municipal questões que são da ordem da gestão de cada uma das entidades, que têm responsabilidades sobre aquilo que preocupa o território de Setúbal, a resposta aos cuidados paliativos e aos cuidados continuados e em que o Governo do Partido Socialista tem pensado proporcionar no quadro do "Portugal 2020", no que diz respeito ao número de ocupação de camas para cuidados paliativos na península do Setúbal. Fico espantado com as preocupações que decorrem da sua intervenção, sem desprimor daquilo que é pertinente da sua própria pergunta. Se nos pudesse proporcionar mais algumas informações da parte do Governo do Partido Socialista, que decorrem também das preocupações das muitas e diferentes instituições, que na área dos cuidados paliativos e dos cuidados continuados, em particular do concelho de Setúbal exercem esta preocupação e que têm manifestado junto das entidades competentes encontrar a necessidade nesta matéria, que é profundamente insuficiente. Trata-se de uma preocupação que se insere no quadro da gestão.

Não consigo perceber a prioridade das suas preocupações, naquilo que é uma preocupação que este município, ao longo das últimas décadas tem manifestado junto das entidades competentes, nomeadamente do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado da Saúde, do Centro Distrital de Segurança Social, aquilo que são as respostas. Certamente terá informação precisa sobre essas necessidades e sobre aquilo que são as respostas (que terá agora na resposta que me virá dar), daquilo que será a estratégia do Governo do Partido Socialista sobre o número de camas, que tem para proporcionar às entidades que podem ter esta resposta social para o território de Setúbal, para uma manifestação que é uma cedência da Câmara Municipal a uma entidade que é a Santa Casa da Misericórdia de Azeitão, que tem um acordo como entidade privada, que é a Visabeira. Com certeza que não nos é desinteressada esta situação. A questão que fundamentalmente nos interessa é, *"qual é que é a capacidade de resposta para os municípios, em particular do concelho de Setúbal e não só"*. Nenhum vereador nesta Câmara Municipal é indiferente àquilo que é uma resposta articulada e intermunicipal, como é por exemplo a plataforma supraconcelhia de encontrar respostas supramunicipais, àquilo que é uma carência profunda da península de Setúbal e que nenhum dos governos do Partido Social Democrata-CDS/PP e do Partido Socialista têm encontrado soluções, quer no carácter privado quer no carácter público, e de encontrar respostas que respondam não só àquilo que são as necessidades objetivamente identificadas. O senhor vereador Fernando Paulino que é também presidente de uma IPSS, de uma mutualidade, que é a Associação de Socorros Mútuos. Certamente que são preocupações daquilo que também tem a ver com as características dos utentes nas respostas sociais, que hoje têm características muito diferentes.

Registamos, mas não compreendo face aquilo que é a questão essencial, que está aqui em causa.

**Sr. Vice-Presidente** – A vereadora Teresa Andrade colocou uma questão objetiva e entende-se a razão dos cuidados que tem. Sabendo-se qual é a finalidade habitual destes contratos de cedência de terreno para fins de utilidade pública, é suposto que eles estejam previstos no contrato. Mas coloca a questão, "O que há a fazer?". Entende-se a resposta do vereador Pedro Pina, que é de um outro âmbito e em termos de resposta global a cuidados de saúde. Não digo que não tenha razão, pois tem toda a razão naquilo que diz, mas de facto é um tiro de canhão para uma questão que é um alvo demasiado pequeno, que foi anteriormente colocado. Acerta no alvo, mas dá cabo do alvo.

A questão da vereadora Teresa Andrade tem a sua pertinência, não vá o facto de nos termos esquecido de salvaguardar o interesse público nas cedências de terreno, que depois podem ser objeto de aproveitamentos meramente de particulares. Há que verificar se estão salvaguardados os interesses públicos.

Quanto às questões do vereador Pedro Pina estão noutra âmbito, que é da política de saúde e das respostas dadas.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – Obrigada Senhor vereador pela sua extensa intervenção, que nos remete para uma questão essencial.

O público não sabe, os vereadores não sabem, mas a minha área são os cuidados paliativos. Trabalho nesta área há muito tempo, ligada com a Associação Nacional de Cuidados Paliativos, estou ligada a várias pessoas e tenho interesse particular pela área da gerontologia, mas não foi por isso que levantei a questão.

A questão foi levantada, porque a cedência de terrenos públicos deve cumprir alguns aspetos, tal e qual como nós vemos os contratos de pessoas quando cedem os seus bens à câmara, também tentam assegurar que eles venham a ser preservados. Trata-se de um grande terreno com um valor muito elevado, que orça os cerca de dois milhões de euros, que foi dado a uma entidade, independentemente da sua idoneidade e de ser a Santa Casa da Misericórdia. Como em todo o lado são as pessoas que dirigem e as pessoas não são perfeitas, por isso cumpre às entidades verificar que o interesse público prevaleça. Sendo um terreno cedido pela câmara trata-se de um terreno público e a câmara assumiu a sua cedência para interesse público. A questão é se esse interesse público neste momento está a ser salvaguardado.

Se faltam camas para os cuidados paliativos? Sim, senhor vereador faltam muitas camas para os cuidados paliativos. A única resposta que temos neste momento se encerrarmos esta resposta de 23 camas, são só as treze camas do Hospital do Barreiro que ficam disponíveis para a nossa região, que é muito grande. Posteriormente posso-lhe fazer chegar um extenso relatório.

Esta questão dos cuidados paliativos é uma questão importantíssima, porque há debates como os da eutanásia que sairia muito mais barato aprovarmos imensas leis nesse aspeto, do que trabalhar os cuidados paliativos.

Concordo consigo profundamente nesta questão do Serviço Nacional de Saúde, independentemente do partido a que pertenço, verifico que há necessidades que têm que ser abordadas de outra maneira, no entanto, questiono muito qual é o interesse público destes grupos.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Na última reunião de câmara estive o Senhor Joaquim Andrade, da Rua Fernando Santos, a solicitar uma intervenção num estacionamento na Rua Fernando Santos. A intervenção na Rua Fernando Santos foi resolvida, o problema do estacionamento há de ser resolvido na sexta-feira e já liguei para o senhor poder acompanhar esse processo.

Na última reunião de câmara foi levantada a questão do Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios e eu disse que ele ia ser apresentado a breve prazo. O Plano foi apresentado publicamente e tanto quanto sei foram convidados todos os membros do executivo. O Plano está em vigor, está no terreno, está operacional, funciona e tem toda a sua estrutura no terreno, no que diz respeito a Setúbal, Palmela e Sesimbra. Como foi referenciado nessa apresentação pública, há uma diferença interessante entre Setúbal e os outros dois municípios, Setúbal tem um sistema de proteção da floresta de extrema resposta o ano inteiro, enquanto que os outros municípios recorrem a mecanismos intermédios, de acordo com o andamento normal da época de fogos.

Houve dois moradores que falaram sobre a questão de Pinhal de Negreiros, eu e a vereadora Carla fizemos uma reunião com os moradores no dia 18, voltou a falar das questões que foram aqui colocadas e marcamos nova reunião para o dia 21, na qual vamos fazer um plenário de moradores. Além de darmos uma informação detalhada de todo o processo dos

cortes das árvores, etc., vamos também iniciar um processo de requalificação integral ou de estudo e de programação daquela grande urbanização.  
É este o ponto de situação das questões colocadas.

**Sr. Vice-Presidente** – Essa informação é útil, porque é preciso fazer o ponto de situação.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – A respeito desta informação do vereador Carlos Rabaçal, que agradecemos, saiu uma notícia em que a Câmara Municipal de Setúbal, ao contrário da Câmara de Sesimbra e Palmela não tinha aproveitado a possibilidade dada pelo Governo, de ter cinco elementos de equipas de intervenção permanente, mas não foi explicada a razão do porquê.

Objetivamente deve ter havido alguma razão, que gostava de saber. Caso a câmara tivesse aceitado, o que é que isso a diminuía no futuro?

À primeira vista não é desprezível qualquer ajuda, mesmo que seja insuficiente no global. Gostava de perceber qual foi a razão que levou a Câmara Municipal de Setúbal a rejeitar estes meios.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – São daquelas boas perguntas, que ajudam a esclarecer.

O Governo pôs à disposição dos municípios dois tipos de respostas. Uma das respostas foi, "*Grupos de militares para fazer limpeza de florestas*". Para Setúbal indicaram uma brigada de quatro militares, que vieram durante uma manhã, avariaram uma máquina da câmara e foram para casa. Como se alguma vez na vida um grupo de quatro, dez ou vinte militares, num só dia, pudesse resolver o problema, fosse do que fosse, em Setúbal ou em qualquer município do país. Foi uma operação de propaganda pura e dura, com desperdício brutal de meios e recursos militares. Mais valia juntar os militares e pô-los a tratar da Região Centro ou naqueles municípios mais difíceis, em vez de fazer uma dispersão com uma operação de charme, em resposta por parte do Governo.

Fiasco total, que para nós não nos interessa em nada, porque temos o nosso trabalho, os nossos meios e os nossos recursos. Diria que é uma intervenção vergonhosa, demagógica, sem pés nem cabeça.

Vocês que têm relação direta com o Partido Socialista digam-lhes para não desperdiçarem os esforços e juntem os militares todos num determinado sítio, sempre faziam qualquer coisa de jeito.

O Governo colocou à disposição dos municípios um concurso, para um conjunto de equipas permanentes de combate a incêndios. Uma equipa permanente de combate a incêndios é uma coisa que tem que funcionar 24 horas por dia, caso contrário deixa de ser permanente. O que é que o Governo ofereceu a Setúbal? Uma equipa permanente de cinco pessoas, para trabalhar das 8h00 às 16h00. Vinha essa equipa permanente, que seria paga pelo Governo e pela Câmara de Setúbal, mas teriam que colocar mais três equipas permanentes. Na realidade teriam que colocar mais grupos de 5 e mais os suplentes para o repouso.

Isso não é proposta que se faça a ninguém!

Setúbal tem equipas em permanência de 24 horas por dia o ano inteiro, no alerta máximo, não precisa dessa resposta.

Ainda admitimos a hipótese de ser agregada aos bombeiros voluntários, mas os voluntários tal como nós, tinham que pôr mais três equipas em cima dessa equipa, pagas pelo município. A regra estabelecida pelo é, "*Ou o município aceita e paga aos outros 3, ou então é uma associação humanitária que aceita*". De acordo com as regras, quem paga o diferencial do Governo, no que refere aos restantes custos, é o próprio município.

Conversámos com os bombeiros voluntários e ambos achámos que era de rejeitar, porque não temos dinheiro para pagar a várias equipas, quando temos bombeiros sapadores que resolvem bem o problema e não temos dinheiro para pagar a três equipas permanentes.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Não estou a perceber a resposta, é um problema meu seguramente. O senhor está-me a dizer que Câmara de Setúbal já tem as cinco equipas a funcionar em pleno.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Não, nós temos mais que cinco equipas, temos uma equipa permanente não precisamos de mais reforços.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Se o Governo ceder mais uma equipa à Câmara poupariam uma equipa pelo menos. Era isso que eu queria perceber.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Não percebeu! Uma equipa permanente implica 24 horas, certo?

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Mas a Câmara já tem essas 24 horas, ou não tem?

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Isso não é uma equipa permanente, é um grupo de rapazes que aparece e desaparece fora de horas. Nós temos um sistema que funciona e que não encaixa num grupo de rapazes que aparece de vez em quando. Ou está encaixado num plano de trabalho ou então é conversa mole. A alternativa era pôr equipas complementares a essas.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Pelos vistos o grupo de rapazes em Palmela e Sesimbra, que são da mesma força partidária do senhor vereador, servem!  
A questão que quero perceber é: *“A Câmara não iria poupar pelo menos uma equipa?”*

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Palmela e Sesimbra não têm sapadores permanentes. Palmela e Sesimbra fazem um esforço financeiro suplementar neste período, que não faz o ano inteiro, enquanto que Setúbal faz um esforço suplementar de 365 dias por ano. Por isso não precisamos. Não precisamos dessa oferta fantástica!

O que aparece na comunicação social, não é que a Câmara de Sesimbra e a Câmara de Palmela pagaram três equipas suplementares, o que aparece é que o Governo deu uma equipa bestial. Isso não se faz e nós não alinhamos nisso, para nós vale zero esse tipo de atitude.

Para Palmela e Sesimbra é bom? Tudo bem, mas para nós não!

Nós não temos necessidade de alinhar nas ações demagógicas e quem tem necessidade alinha. Paciência, é a vida!

**Sr. Vice-Presidente** – A questão foi clara, a resposta também foi muito clara. Se há meios que não justificam fazer uma encenação que servem para onde não os há em permanência! O conselho que o vereador Rabaçal deu é o que eu subscrevo.

Repartam-se melhor os meios para serem colocados onde efetivamente fazem falta e fazer-se uma medida genérica *“a olho”*, pode ser um grande desperdício de meios.

Começo por ter que fazer um apelo à contagem dos tempos, por isso a rapidez faz falta agora.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Serei muito rápido. Creio que não é matéria que suscite contraditório, embora acredite que o contraditório também é importante num quadro democrático.

Embora tenha sido prática do executivo municipal trazer a esta câmara informações sobre o desempenho das mais diferentes entidades do nosso concelho, no quadro desportivo e cultural. Considerando aquilo que é o desempenho numa fase final nacional da nossa equipa do “Scalipus”, em basquetebol, na cidade de Olhão, obteve um excelente terceiro lugar. Por isso pretendia aqui manifestar junto de todos os presentes esta nossa satisfação, considerando que se trata de uma modalidade coletiva, numa fase final do campeonato

nacional, com as melhores equipas, entre elas o Futebol Clube do Porto, o Queluz, o Imortal e o Ovarense. Equipas que na prática do basquetebol granjeiam os maiores pergaminhos e que o nosso "Scalipus" se bateu de uma forma extraordinária, atingindo o terceiro lugar. Como nota também de avaliação, aquilo que foi a etapa mundial de águas abertas, que mais uma vez se realizou no nosso Rio Sado, acolheu na prova feminina e na prova masculina os melhores atletas mundiais a disputar esta etapa mundial. Consideramos, por aquilo que também foi a apreciação da Federação Internacional de Natação e da Federação Portuguesa de Natação, a mais um grande testemunho daquilo que é capacidade organizativa da Câmara Municipal de Setúbal e também do país, de acolher uma prova que é neste momento uma modalidade olímpica, que teve no estuário do Sado os melhores atletas mundiais a disputar uma prova extraordinária.

**Sr. Vice-Presidente** – Entrando em marés de congratulações por bons resultados. Creio que na reunião anterior ainda não tinha sido informada, mas é já do domínio público, a excelente classificação que o município de Setúbal teve no "ranking" da "Bloom Consulting". Uma espécie de "ranking" de "marketing" territorial, das imagens de marca das regiões e das cidades. Setúbal, pelo segundo ano consecutivo, teve a maior subida de todas as cidades na Área Metropolitana de Lisboa e foi a "estrela da companhia", superou de forma surpreendente pela sua atratividade, o município de Oeiras que está à beira de Lisboa e que nós sabemos que não seria fácil ultrapassar. A imagem de Setúbal, a sua notoriedade, a sua capacidade de atratividade, considerando diversos parâmetros, a procura de Setúbal para investimento, para residência, para negócios e boa cidade para viver, têm vindo a subir consecutivamente e este ano teve a maior subida, tendo sido considerada a estrela desse "ranking".

Isto está a correr bem em termos de imagem e de resultados, esperemos que a seleção se mantenha assim até ao final do próximo mês.

A onda é positiva e é bom cavalgar nas ondas positivas.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Leu a moção "20 de junho – Dia Mundial dos Refugiados", ficando o mesmo anexo à presente ata, sob o registo n.º 11:

*"Como afirmou Martin Luther King, "Aprendemos a voar como pássaros e a nadar como peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos", hoje dia 20 de junho, ao assinalarmos o Dia Mundial dos Refugiados, recordamos também as palavras do Secretário Geral da ONU, Antonio Guterres, que nos questiona sobre o que faríamos se fôssemos forçados a deixar a nossa casa?"*

*No mundo existem mais de 68 milhões de pessoas que são refugiados como resultado dos conflitos e perseguições nos seus países.*

*Todos os estados que se comprometeram com a Convenção de Genebra, obrigam-se a receber refugiados, não é uma opção, não é uma escolha, mas antes uma obrigação ética, moral e legal, que os países optaram por subscrever em 1951 e com a qual estão comprometidos*

*O dia de hoje leva-nos a passar das palavras para Ação, a estimular o poder político a tomar medidas concretas que assegurem a assistência e proteção de quem necessita.*

*Necessitamos de estar juntos, com todos aqueles, que estando sozinhos, são exemplos de histórias de resiliência, perseverança e coragem.*

*Esta não é apenas uma crise dos mais pobres, abrange todo o globo, onde pelas piores razões aparece no topo da lista países como Myanmar, Sudão, Síria, República do Congo, Somália, mas também uma crise dos mais ricos.*

*É inadmissível e indigno, o que assistimos hoje em certas latitudes e geografias, como na Europa, seja no caso recente do navio "Aquários" que transportava refugiados e que foi impedido de atracar, ou no exemplo deplorável dos Estados Unidos da América, onde os filhos dos emigrantes ilegais são selvaticamente separados dos seus pais.*

*Nas palavras de Barack Obama "No mundo de hoje, uma nação cercada por muros acaba por ser prisioneira".*

*No dia de hoje, como em todos os outros dias do ano, devemos juntar à nossa voz, a nossa união e solidariedade para com todos aqueles que não recebem a proteção que necessitam e tem direito.*

*Cumpra-nos recordar que o nosso silêncio, tornam-nos cúmplices de tamanha irresponsabilidade, e por isso urge levantar esta mesma voz e denunciar todas estas situações que atentam contra a dignidade humana e que finalmente entre os governos seja adotado um Pacto Mundial para os refugiados, bem como um Pacto para a Migração segura, ordenada e regular, pois afinal de contas, como já aqui o afirmámos repetidamente, a luta por Direitos Humanos é sempre uma luta que eleva toda a Humanidade."*

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Saudar o Partido Socialista pelo âmbito da moção, parece-nos de uma grande dignidade esta matéria, de todo o modo valeria a pena recordar o seguinte. Desde 2015, quando esta matéria foi foco do acolhimento de refugiados, dar conta no que diz respeito à estratégia nacional para acolhimento de refugiados e recolocação de refugiados. Mais de 51% dos refugiados que chegaram ao nosso país, já saíram de Portugal. Não é matéria indiferente no dia 20 de junho, em que se assinala o "Dia Mundial dos Refugiados", no que diz respeito à forma como o Governo central e as entidades competentes quiseram desresponsabilizar e descentralizar competências para os municípios, a forma dos problemas que nós temos sentido nas mais diferentes áreas. São circunstâncias que o município de Setúbal tem manifestado às entidades competentes. Não posso deixar de manifestar esta preocupação, sobretudo de dimensão humana que é evocada, fundamentalmente por esta moção, mas acima de tudo, manifestar esta preocupação, que por vezes o tempo nos parece deixar distante, mas que continua a ser profundamente atual, que é a forma e o tratamento de acolhimento como aqueles que chegaram até ao nosso país são acolhidos e acima de tudo, como é que podem ser integrados nas mais diferentes dimensões da sua efetiva integração do nosso país, na área da saúde, na área da educação, na área da habitação e sobretudo naquilo que é a dignidade com que podem viver no nosso país.

Sem prejuízo daquilo que é a questão de princípio, que mais uma vez reforço, que é dizer que somos um país que tem em consideração esta manifestação de dimensão humana, que é o acolhimento de refugiados e a disponibilidade para o acolhimento de refugiados. Portugal é o sexto país da União Europeia, em termos de acolhimento de refugiados. As dificuldades não podem ser por manifestações populistas de acolhimento, mas que os diferentes municípios têm encontrado, com uma dispersão muito grande, desde o Serviço Nacional de Estrangeiros e Fronteiras ao Alto Comissariado para os Imigrantes, que não tem sido fácil junto das entidades do Estado central, para dar aquilo que nos parece fundamental, encontrar neste território as melhores condições. De qualquer forma, o que nos parece essencial é a manifestação de dignidade humana que esta moção nos traz.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Não existem certamente estratégias perfeitas nestas questões e nós temos essa consciência, mas somos certamente um país solidário.

O acolhimento e a inclusão dos refugiados, compete a todos nós, aos municípios e a todos nós enquanto pessoas e cidadãos deste país. As estratégias são feitas e são implementadas pelos Governos, mas depois compete-nos, em cada local das nossas comunidades, fazer esse acolhimento. Certamente estaremos preparados para fazer esse acolhimento, a Câmara Municipal de Setúbal também estará. Dificuldades certamente existirão, são de ordem logística, são do apoio do Governo central, mas nós estamos cá para debater tudo isso. É uma matéria que por acaso, poucas vezes trazemos a este nosso fórum de debate. Gostaríamos no futuro debater este tema, porque é um tema importante que diz respeito a todos, enquanto cidadãos deste país.

**Sr. Vice-Presidente** – Esta moção tem o sentido de uma saudação, de um sublinhado deste dia e daquilo que ele significa. É evidente que há sempre um "sim/mas". Muitas vezes o "sim" é mais importante que o "mas", porque o "mas" pode-se ir resolvendo. Às vezes o "mas" tornam o "sim" inatingível.



Esta moção tem muita importância e muita relevância, como o seu reverso infelizmente também tem, porque em vésperas deste dia 20 de junho, o Presidente dos Estados Unidos tomou uma decisão, além das crianças, de abandonar a Organização dos Direitos Humanos nas Nações Unidas. Depois de desencadear uma nova guerra comercial, que como sabemos nos anos trinta deu origem à grande recessão nos Estados Unidos e está agora a ser desencadeada. Este homem que está à frente dos Estados Unidos da América está consecutivamente a abandonar os princípios, que levaram a civilização ocidental a grandes avanços e a largos períodos de paz. Isto é preocupante!

A moção justifica-se, porque até há quem vá remando em sentido contrário.

Julgo que podemos considerar consensualizado o texto da moção, todos aprovamos este texto se não houver nenhuma objeção.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Leu a recomendação “Dragagens – melhoria da acessibilidade marítima”, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 12:

*“A 2 de Agosto de 2017 foi lançado um concurso público, que ainda decorre, para melhoria da acessibilidade marítima no âmbito das operações logísticas desenvolvidas pela APSS e pelos operadores do porto marítimo em Setúbal gerido por essa entidade.*

*Do comunicado emitido e objeto do concurso pode-se ler que o “projeto visa adaptar o acesso marítimo à evolução qualitativa e quantitativa dos navios e às exigências requeridas em termos de segurança e desempenho operacional. O projeto foi estimado em cerca de 25,3 milhões de euros e consiste num conjunto de dragagens de primeiro estabelecimento para aprofundamento nos canais de navegação de modo a permitir a entrada de navios de maiores dimensões e com maior calado, passando a oferecer os seguintes acessos marítimos permanentes:*

- -15,0m (ZH) no Canal da Barra, sendo atualmente de -12,8m (ZH)*
- -13,5m (ZH) no Canal Norte, sendo atualmente de -11,8m (ZH) Para além do aprofundamento, o projeto inclui o alargamento do canal de acesso, permitindo o cruzamento de navios, e a criação de uma nova bacia de manobra, implicando um volume total de dragagem de 3,5 milhões de metros cúbicos de areia.”*

*Esta operação mereceu o parecer e análise de várias entidades, entre as quais o LNEG (Laboratório Nacional de Energia e Geologia). Especificamente esta entidade afirmou que existirão efeitos na extensão dos areais das praias situadas na Serra da Arrábida com a sua respetiva diminuição, sendo necessárias ações de minimização e compensação de forma a mitigar ou anular os efeitos produzidos pela execução deste projeto.*

*Vários operadores turísticos e o próprio Clube da Arrábida já manifestaram a preocupação com a execução deste projeto.*

*Será inegável que todas as entidades envolvidas e entidades direta e indiretamente afetadas, pela execução deste projeto, estarão atentas à evolução dos efeitos que serão gerados pela execução deste projeto, incluindo a própria APSS, Ministério do Mar e naturalmente o Município de Setúbal.*

*Contudo qualquer ação de compensação para minimizar ou anular a diminuição dos areais não contorna nem elimina a perturbação gerada com efeitos sempre negativos para as atividades turísticas que ali se desenvolvem ou que ali são potenciadas por força da atratividade turística crescente da Serra da Arrábida e todos os seus ativos naturais.*

*Neste sentido, no âmbito da colaboração institucional entre o Município de Setúbal e a APSS deve ser aprofundada e produzida, compensação para o concelho de Setúbal que não se limite a uma operação corretiva dos efeitos provocados pelas futuras dragagens.*

*A própria APSS possui o domínio territorial sobre uma longa extensão da zona ribeirinha de Setúbal que tem ganho valor por via da crescente atividade turística, fazendo da APSS uma entidade interessada na crescente valorização e desenvolvimento deste sector económico.*

*Deste modo será importante a disponibilidade da APSS para analisar a realização de ações que potenciem a atividade turística cumprindo ou até antecipando eventuais ações já*

*coordenadas com o Município de Setúbal, mas especialmente demonstrando-se recetiva as propostas do Município de Setúbal que possam ser financiadas pela APSS.*

*Neste sentido a Câmara Municipal de Setúbal recomenda à Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra que possa analisar um conjunto medidas, dentro do carácter descrito nesta recomendação, que visem uma compensação pelas dragagens que serão efetuadas e simultaneamente representem um aumento da qualidade de vida para os munícipes e potenciem a crescente atividade turística do concelho de Setúbal."*

**Sr. Vice-Presidente** – Muito pertinente esta recomendação! É claro que temos que responder que câmara terá que respeitar, como sempre terá feito, os estudos as competências técnicas próprias de quem tem a jurisdição na zona. Lembrar que a câmara não está desinformada, tem participado nos grupos de trabalho onde esta questão das dragagens tem sido levantada. Obviamente que todos reconhecemos que é para dinamizar a atividade turística/marítima que se torna necessário o aprofundamento dos canais, sobretudo o canal norte. Sabemos que para navios maiores, não só para a indústria, mas também para os tais pequenos ou médios cruzeiros, é indispensável que esse aprofundamento se faça. É óbvio que não queremos com isso criar condições para que as praias sejam despidas de areia. São questões muito complexas, a dinâmica marítima e as areias é uma questão muito complexa, têm intervenções humanas que aparentemente nem em todas as circunstâncias são iguais. A dinâmica das marés e dos ventos têm respostas diversas. Temos alguma confiança de que quem está a estudar estes trabalhos e a monitorizá-los, certamente estará com o cuidado suficiente para que não se degrade a posição de areias nas praias, que é uma atividade económica e tem um carácter social para quem usufrui das praias, para além do desenvolvimento turístico. São todos os fatores que estão em cima da mesa e sabemos de a APSS os têm em consideração, tendo estudado todas estas intervenções. Em todo o caso, depois desta discussão, será endereçada à APSS para tomar na devida conta estas recomendações, porque são óbvias e pertinentes.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Esta matéria está bastante trabalhada, estudada e aprofundada com o Ministério do Ambiente, com o Ministério do Mar, com a APSS e a Câmara. É uma matéria que se articula com a marina, o canal não pode interferir com a marina e isso foi estudado ao pormenor. Também foi decidido que os milhões de toneladas de areia que vão ser deslocadas, fossem utilizadas para fazer uma nova zona portuária, um novo cais, assim como para repor areia em todas as praias de Setúbal sem exceção. Também a Reserva do Estuário do Sado está a acompanhar e a monitorizar a reserva junto à Arrábida. A recomendação não veio acrescentar nada de novo ao que já está a acontecer neste momento, mas trás uma coisa preocupante que me vai levar a votar contra. A "Praia da Saúde" não é uma praia, nem nós queremos que seja, está demasiado perto do canal que vai ser demasiado aprofundado, logo aquela "praia" é uma zona para estar, a que chamamos de "Passeio Marítimo da Praia da Saúde". Não tem em conta a classificação de praia em concreto e muito menos a zona junto ao Parque Urbano de Albarquel, aí é que não é mesmo praia de todo, porque passados poucos metros à frente passa o canal. Essa recomendação de transformar a zona fronteira ao Parque de Albarquel em praia não tem qualquer viabilidade e há um perigo muito grande. Existem avisos muito claros que chama a atenção que aquela zona não é praia e que não se deve tomar banho e o mesmo se passa com a "Praia da Saúde". As praias vão ser todas reforçadas de areia incluída a Praia da Gávea. Também está a ser estudada a Praia da Gávea, que não referiu na recomendação, essa sim, têm possibilidade de ser trabalhada e ter outro tipo de reforço de areias, assim como a Praia do Portinho da Arrábida.

A recomendação final que aqui está sobre essas praias, ou é retirado ou então tem que se votar contra, porque não posso aprovar uma recomendação que transforma em praia coisas que não são praia e que jamais serão, mas que classificam como tal, independentemente de haver pessoas que utilizam aquilo em termos de veraneio, por conta e risco. Considero mesmo que aquilo que aqui está recomendado está aquém daquilo que está feito.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Em relação a esta questão que o vereador Carlos Rabaçal referiu. O que o texto diz é “*Requalificação da Praia de Saúde*”. A requalificação da Praia da Saúde pode não passar pela questão do areal e dos banhos, até porque enquanto não estiver resolvida a questão dos esgotos e da qualidade da água que sai na Praia da Saúde, dificilmente aquela praia terá condições para poder ser usada. Terá que existir uma preocupação da Câmara de Setúbal, que ainda não teve oportunidade, de requalificação de toda aquela zona, porque aquela zona urge ser requalificada. Estamos a falar da única zona que, no âmbito do programa Polis ou de outras intervenções que a Câmara de Setúbal fez, tem uma estrada que não tem passeios e as pessoas para se deslocarem entre a Praia da Saúde e o PUA têm que ir pela estrada. Não tem condições mínimas, porque ainda tem alguns resquícios do estaleiro e dos blocos de betão, etc... A requalificação não é meramente na questão do plano de água, no sentido que o senhor vereador estava a querer dar, mas existe muita coisa que pode ser feita naquela zona, naquele passeio público. A requalificação da Praia da Saúde devia ser prioritária para a Câmara de Setúbal, até porque isso é um buraco negro entre duas zonas que foram requalificadas e que urge requalificar. Acho que faz todo o sentido, apesar de concordar mais ou menos com algumas questões aqui pelo meio, que são menores na visão global da recomendação, mas que o PS acompanha.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Como o senhor deve saber, mas se não sabe devia saber, está prevista além da requalificação que foi feita na zona do Passeio Marítimo da Saúde, que é uma coisa que nunca tinha acontecido antes e que está num estado de qualidade que nunca teve. Há uma intervenção a fazer na zona que ainda falta resolver que é o “Terminal7”. Como você sabe, está dito, redito, afirmado, reafirmado e discutido, que quando houver fundos comunitários para requalificação fá-la-emos, senão fazemos com o seu dinheiro, porque nós não temos.

A questão que se coloca é, precisamos de fundos comunitários para fazer aquilo. Existe um enclave por tratar entre o Parque de Albarquel, mas que toda a gente sabe!

Qual é a novidade, não sabe?

Não sabe a causa, não sabe as razões, não sabe o plano, não sabe nada?

Coloca aqui uma questão como se não soubesse nada, então está cá a fazer o quê?

Estamos à espera de fundos comunitários para fazer aquela intervenção. O projeto é conhecido, foi apresentado publicamente, foi concursada publicamente, está aprovado e está a aguardar fundos comunitários. Se é disso que está a falar, é disso que se trata!

Em relação à zona do Passeio Marítimo da Saúde, essa zona nunca esteve tão qualificada. Agora temos um troço, falta outro troço. Qual é a dúvida?

Até parece que descobriu aqui uma coisa fantástica!

Estamos à espera de fundos comunitários, porque é que não nos ajuda com o seu Governo? Pode ser?

**Sr. Vice-Presidente** – Vamos lá descobrir o que está no parágrafo, parece que é o ponto da discórdia, que provavelmente não é.

O que está dito neste parágrafo é “*analisar o apoio que poderá providir a colaboração que permita a requalificação da praia da Saúde e Parque Urbano de Albarquel no sentido de poderem servir os municípios como verdadeiras praias*”, reconhece que atualmente não é possível. Se determinarmos que nunca será no futuro possível, já não sei se vale a pena dizer isso. Se recomenda para vermos se é possível ou não requalificar, de modo a ser utilizado como verdadeira praia que até agora não é, porque há condicionantes físicas no terreno local que não o permitem. Recomendar que se veja se é possível, não me parece nada de mais. Julgo que estamos a divergir um pouco neste ponto, mas que é fácil de consensualizar.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Essa é que é a questão do ponto de vista físico. Das duas uma, ou temos o canal ou temos praia. Temos praia no canal é demasiado perigoso para a segurança das populações. Aquilo nunca poderá ser um espaço balneário pelas suas

condições, uma vez que passa ali em frente uma massa de água de tal forma volumosa, que as correntes se tornam demasiado fortes e demasiado perigosas. Não tem nada a ver com questões de qualidade da água, não tem nada a ver com a questão dos detritos que têm que ser resolvidos, não tem nada a ver com o problema da caleira que existe frente à “Praia da Saúde”, pelo facto de ter existido um antigo estaleiro. Naquela zona existe um fundão repentino, que para quem não sabe nadar é profundamente perigoso.

Há um conjunto de condicionantes que fazem daquela zona, uma zona de fruição da população, tal como está prevista na revisão do PDM e como tem sido prevista nos vários instrumentos de planeamento urbano do nosso município, a não fruição balnearia.

O que o Partido Social Democrata propõe e o PS acompanha era a transformação desta zona de fruição popular, de recreio, numa zona balnear.

**Sr. Vice-Presidente** – Compreendo e acompanho esse raciocínio que acabou ser exposto pelo Vereador Rabaçal e pelo Vereador Ricardo Oliveira, mas francamente eu não sou nem técnico, nem especialista, nem marinheiro e julgo que nenhum de nós será. Reconhecemos pouco de marés, pouco do movimento das areias. Sabemos que a informação dos técnicos que têm vindo até agora, vai nesse sentido, não ser possíveis dadas as condições daquele espaço. Não me choca nada que se levante a questão e que ressuscite nova resposta de apreciação. Já que estamos em época de estudos e análise de como é que se faz a dragagem dos dois canais, que se coloque esta questão, para ver se nos respondem de uma vez por todas “É possível ou não é possível tornar aquilo uma verdadeira praia, conforme aqui está dito?”.

Não me choca nada que se coloque essa questão e que esta recomendação chegue à APSS, a quem faz os estudos e a monitorização daqueles trabalhos, para podermos ficar mais descansados. Também sabemos que para as pessoas em geral, aquelas zonas são apetecíveis e são usadas como zonas balneares. As pessoas vão para a praia e levam crianças, eventualmente se o risco é assim tão grande provavelmente justifica outras medidas que impeçam o acesso ao areal, mas eu sentia mais confortável, em termos de análise técnica e de quem tem competência para dar um parecer fundamentado nos dissesse, “*esqueçam nunca pode ser ali feita uma praia normal*” ou então que nos digam, se nestas ou naquelas condições, se retirarem daqui isto ou colocarem ali aquilo, talvez possa ser usada. Não vejo problema nenhum em que esta recomendação siga, de forma a suscitar um parecer mais completo em relação aos possíveis usos daquelas praias.

Apelava que nesse quadro deixássemos passar esta recomendação, até para ficarmos mais descansados quanto ao que pode ser feito no Parque Urbano de Albarquel e na Praia da Saúde.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Os estudos técnicos foram feitos na altura aquando da requalificação do passeio marítimo, da chamada “Praia da Saúde”, e não recomendava que houvesse uma praia.

Esses estudos estão feitos!

Estou frontalmente contra esta proposta e votarei contra esta proposta em qualquer circunstância!

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Obviamente não foi por acaso que esta questão está aqui mencionada, porque é uma das mais importantes a ser abordadas e especialmente a ser abordada, por quem tem mais meios, a APSS. Como é evidente nem toda a informação nos chega em detalhe e em pormenor, nós não sabemos os estudos que estão feitos ou realizados. Estar a falar aqui sobre eles sem os conhecer, como é óbvio não farei isso. Com toda a certeza mais adiante teremos oportunidade de solicitá-los, de analisá-los, de vê-los, discuti-los e debatê-los, porque vamos com certeza, debater a nossa zona ribeirinha muitas vezes, porque é uma zona de nossa cidade que deverá estar no futuro com uma grande dinâmica, como tem estado nestes últimos anos.

É importantíssimo que tenhamos em consideração que esta operação traz um acréscimo, traz um volume, traz uma vantagem para a APSS. É importantíssimo percebermos que até agora, se formos medir a balança entre aquilo que foi o conjunto de obras e dinheiro despendido pelo próprio município, e os benefícios que isso trouxe à APSS e à própria zona, versus o que a APSS fez para o município de Setúbal, a APSS está em grandíssima vantagem. Esta é uma oportunidade para procurar equilibrar essa balança. Isto não tem a ver com partidos, tem a ver com uma questão de organização do nosso país, que está totalmente atrás, numa realidade que já não tem nada a ver com a realidade atual. Isso é um debate muito mais lato que não valia a pena aqui trazer. Várias e diferentes entidades estão sensibilizadas, incluindo como é evidente a própria APSS, que está seguramente sensibilizada para o facto de essa cooperação ter que existir e ter que ser aprofundada. Se porventura nesta recomendação, esta menção que é feita à Praia da Saúde e ao Parque Urbano de Albarquel, para que a sua requalificação vá no caminho de praias com bandeira azul e praias mais acessíveis a todos, acho super pertinente que seja determinado um rumo, porque se é só para molhar os pés, então há que dizer que é só para molhar os pés, mas se não se pode molhar os pés, então há que dizer que não se pode molhar os pés. Isso é extremamente importante, é uma questão de segurança que é lateral a esta recomendação e é isso que quero sublinhar. Por isso não me importo de termos como ponto assente, a requalificação daquela zona, porque há qualificação que até está em projeto, que não está a ser feita por falta de financiamento. Há uma entidade que tem muito dinheiro disponível e que pode acertar o passo com o município de Setúbal, quer para essa zona quer para outras zonas. A finalidade é defender os interesses do Município de Setúbal, ainda para mais quando a balança está seriamente desequilibrada e muito favorável para a APSS. Isto não tem a ver com as administrações, não tem a ver com governos, isto tem a ver com a organização administrativa que existe. A Câmara Municipal de Setúbal faz as obras e depois uma das zonas mais privilegiadas do município de Setúbal está entregue à APSS e é assim que funciona, é assim que está, mas não deveria estar. Nesse sentido posso perfeitamente requalificar este parágrafo, retirando a parte "*Ganhando eventualmente o futuro estatuto de praias de bandeira azul e acessível a todos*", mas manter a questão da requalificação e retirar também a questão da "*adição da zona balnear*", mas mantendo a pertinência de requalificação daquela zona ou de outras, que possam servir de compensação. Se porventura a questão principal que leva à objeção é essa?

Futuramente e com mais calma deveremos debater a questão do Passeio Marítimo da Praia da Saúde.

Entenda-se que ao chamarmos aquela zona de praia, as pessoas vão para lá, e como dizem e bem, é um risco. Podemos lateralizar essa discussão agora e metê-la como primeiro ponto mais tarde.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Esta intervenção do vereador Nuno de Carvalho foi elucidativa no que diz respeito ao conteúdo da sua recomendação. Seria importante referir, face há sugestão que é apresentada, que estamos a tratar de duas recomendações numa mesma recomendação. A primeira recomendação está relacionada com a matéria de dragagens, matéria apresentada pelo Partido Social Democrata, sobre as preocupações que manifestamente apresentam, no que diz respeito ao acesso do Rio Sado, nomeadamente da qualidade e da quantitativa e qualidade do acesso ao porto de Setúbal. É uma matéria que tem gerado esta discussão e tem a ver com a melhoria da acessibilidade marítima, nomeadamente com questões de matéria mais identitárias da cidade, que é a designada "Praia da Saúde" por alguns dos nossos munícipes. Acho que estamos a falar de questões diferentes. Embora tenha existido esta disponibilidade da parte do vereador Nuno de Carvalho, estamos a falar de questões que embora elas estejam interrelacionadas, elas são distintas na apreciação de conteúdo daquilo que nos pode merecer a apreciação mais unânime, no que diz respeito a esta mesma recomendação. Até sugere na sua intervenção final uma questão que acho que é pertinente e consensual, que é discutirmos esta questão da frente ribeirinha e do acesso ao rio, como eventual zona de recreio. O vereador Carlos

Rabaçal, há relativamente pouco tempo, já manifestou aquilo que foi a avaliação das intervenções de requalificação, que não era possível a esta frente ribeirinha. Tratando-se de recomendações numa mesma recomendação de matérias distintas, uma que tem a ver com matéria de dragagens que me parece legítima, profundamente suscetível, e uma outra que é uma matéria distinta de apreciação que tem a ver com uma complexidade de matérias, que poderia ser repensada esta mesma recomendação em duas questões distintas, para uma apreciação e para uma leitura que nos pedisse permitir votar, que é isso que também está aqui em causa e em apreciação.

**Sr. Vice-Presidente** – Não é uma questão do voto, não é quem ganha, não é quem perde, não é isso que está aqui em cima da mesa, é uma questão de consensualização de uma posição em relação a uma matéria que diz muito à cidade e em que a câmara pouco intervém ou pouco tem tido a possibilidade de intervir, a não ser nas recuperações, nas modificações, nas melhorias que fez no território e não na praia. Apesar de não ser tradição da câmara nem da responsabilidade de intervenção do município, esta questão não se pode desligar das dragagens, porque influenciam diretamente nas areias que estão depositadas, as areias que se acumulam ou as areias que saem das margens. Como não é um assunto que tenha urgência, sugeria que consensualizássemos uma redação para não estarmos a comprometer, com o que é impossível e não fechar as portas a determinadas análises, que possam ser aprofundadas e que nos clarifiquem exatamente o que é que podem, em termos técnicos e de segurança, ser feito ou não naquela área e qual o uso que pode ser dado naquela área. É nesse sentido que era interessante ter uma posição do município para transmitir à APSS e a quem faz os trabalhos. Sugeria ao senhor vereador Nuno de Carvalho que fizesse a remodelação do texto que estava a sugerir e que depois vissemos até à próxima reunião e aí afinássemos um texto para consensualizar. Não é uma questão de votação, o importante é consensualizar uma posição sobre isto.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – A questão poderá ser simples, pela eliminação do parágrafo que faz referência às Praias da Saúde. Se o quiserem fazer agora tudo bem, senão adiamos, não tem problema nenhum e fazemos um texto mais dinâmico. É uma posição política que se trata, nada mais do que isso, é uma recomendação e é essa a forma jurídica que é a mais adequado. Proponho, caso queiram, a eliminação deste parágrafo. Se porventura quiserem adicionar mais e adensar a discussão, estou totalmente disponível e faremos a discussão numa próxima reunião de câmara. Uma das duas opções para mim, atualmente aceito.

**Sr. Vice-Presidente** – Podemos consensualizar nesta oposição, em que o penúltimo parágrafo seria retirado?

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – A questão da acessibilidade mantém-se sempre pela rampa das baleias. Obviamente que preferíamos que o investimento fosse feito onde é o domínio do território da Câmara Municipal, porque esse é que é o verdadeiro benefício, senão a APSS está a valorizar uma zona que é do seu domínio, se intervir na rampa das baleias. Esta é uma questão de princípio e não de detalhe e por isso é que digo que deve partir do município, com os serviços técnicos dentro da colaboração que já existe, procurar intensificar para que haja essa compensação futura.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Obviamente o Partido Socialista não é autor desta recomendação, mas se retirarmos este parágrafo vai-se tirar todo o sentido da recomendação, dado que é dos parágrafos mais importantes que aqui está. Certamente que os estudos dizem que aquelas praias não são para uso de banhos, de quem frequenta aquele espaço.

Quem diz que no futuro esses estudos não podem ter outro sentido e possam transformar aquele local em praias para os setubalenses, que era uma coisa ótima?

Os estudos deveriam ser aprofundados e deveriam ser criadas condições com a APSS, com a Câmara Municipal e com os fundos comunitários, para transformar aqueles locais em verdadeiras praias para os setubalenses.

Pode-se retirar o parágrafo, mas não é por aí que o sentido de voto se vai alterar.

**Sra. Vereadora Carla Guerreiro** – Sendo normal e legítimo perguntarmos e colocarmos estas questões todas relativamente às dragagens, acho que esta recomendação passa um bocadinho o pano por cima daquilo que é, neste momento, a boa e estreita relação que existe entre a Câmara Municipal de Setúbal e a APSS. Não menciona aqui que existe um grupo de trabalho entre estas duas entidades, que têm vindo a trabalhar de há uns anos a esta parte, para muitas das soluções que estão aqui. Pessoalmente não acompanho esse grupo de trabalho, porque faz parte da área da senhora presidente, por isso se ela hoje estivesse aqui, muitas outras informações poderiam ser dadas. Nesta recomendação, haver este distanciamento entre aquilo que está a ser a atividade da APSS e aquilo que é a atividade da câmara, não me parece que seja a realidade atual. No âmbito deste grupo de trabalho existem documentos elaborados sobre várias questões deste território, que já vieram a reunião de câmara, já foram distribuídos, já foram apresentados e se calhar até respondem a algumas destas coisas. Sendo certo que, o que está em cima da mesa é uma questão concreta deste concurso público para a dragagens. Quando leio isto parece que a câmara e a APSS estão de costas voltadas e não me parece que seja isto que acontece. Deixava esta informação à consideração da câmara, porque não me parece de bom-tom termos um grupo de trabalho, estamos a fazer uma série de trabalhos em conjunto e depois a câmara questiona a APSS desta forma.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Acho que a versão do PS é bestial!

O PS está a ver se encontra o conflito entre a APSS e a câmara, porque todo o trabalho feito até agora no grupo de trabalho, que a vereadora Carla abordou, vai no sentido de ampliação. A sua intervenção é no sentido de pressionar uma hipótese de choque com a APSS e criar um problema qualquer na boa relação que agora temos e que a vereadora Carla e bem referiu. Se o senhor vereador do PSD Nuno de Carvalho tivesse de acordo, podíamos na próxima reunião de câmara, solicitar à senhora presidente da câmara que trouxesse uma informação detalhada deste processo, do relacionamento com a APSS, do que está em cima da mesa, das medidas que estão tomados, dos estudos feitos e depois pronunciaríamos com mais clareza de todos, sobre o andamento de todo este processo.

É a proposta que faço!

**Sr. Vice-Presidente** – Vamos terminar a discussão.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Só saber onde é que na minha intervenção, o senhor vereador Rabaçal ficou com a ideia, que eu queria que houvesse um choque entre a APSS e a câmara. Em que frase?

**Sr. Vice-Presidente** – Isso foi certamente uma leitura que fez da sua intervenção.

O vereador Rabaçal tem direito de fazer a leitura de outras intervenções e você tem o direito de dizer que “*A minha intenção não é essa*”.

**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Enquanto o PSD admite hipótese de retirar aquele parágrafo que pode gerar conflito com a APSS, os senhores insistem que esse parágrafo é a questão fundamental. Esse fundamental é que era um choque com a APSS.

**Sr. Vereador Paulo Lopes** – Das suas palavras depreende-se que o senhor não quer tomar posição com medo de ter conflitos, é a mesma lógica.



**Sr. Vereador Carlos Rabaçal** – Nós estamos a requalificar a cidade e vocês querem que ela pare.

**Sr. Vice-Presidente** – Nós sabemos da relação que existe com a APSS, que há grupos de ligação e há trabalhos que atualmente não são possíveis de concretizar. Na realidade está escrito em placares que naquelas condições, não é possível utilizar aquelas praias para uso balnear. Está nos avisos desde o início que se fizeram as obras. Não vem mal nenhum ao mundo se o vereador do PSD apresentar uma recomendação e nós facilmente encontramos uma terceira via, em vez de fazermos uma afirmação fazemos uma interrogação. *“Será possível aclarar mais conclusivamente, se alguma vez podem ser usadas aquelas praias para fins balneares ou não?”*. Faz-se a pergunta e o município transmitirá a recomendação à APSS, informando que foi colocada pelo vereador a questão na reunião de câmara e podemos acrescentar *“Daquilo que conhecemos à partida, nestas circunstâncias não é, mas era bom aprofundar a resposta”*, porque interessa a toda a gente saber, de uma vez por todas, *“Se é possível existir uma zona balnear ou se nunca virá a ser possível?”* e no caso de ser possível, *“Em que condições é que seriam exigíveis?”*, porque podem ser condições de remodelação dos fundos das areias e que sejam incomportáveis.

O autor da recomendação, nesta parte que levantou mais dúvidas e que gerou discussão, disponibilizou-se para retirar o parágrafo. Sem este parágrafo a recomendação passa facilmente. Naturalmente que isto vem à baila na transmissão da recomendação, *“O que é que vai acontecer, se alguma vez será possível ou não”* e também será relatado o quadro da discussão que aqui houve. Tentaremos trazer uma informação mais conclusiva sobre os usos possíveis da “Praia da Saúde” e da “Praia de Albarquel”. Se tiverem de acordo ficávamos nesta posição, tirávamos o parágrafo e transmitiríamos a posição nestes termos à APSS.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Totalmente de acordo, mantenha-se a posição. Só para não deixar de sublinhar uma expressão que a vereadora Carla Guerreira utilizou *“poder passar o pano”*, é importante não ligar o *“complicómetro”*. Desculpe usar este termo, mas é um termo muito pragmático, porque há um parágrafo que diz *“Deste modo será importante a disponibilidade da APSS para analisar a realização de ações que potenciem a atividade turística cumprindo ou até antecipando eventuais ações já coordenadas com o Município de Setúbal”*. Subentende-se a colaboração! A não ser que queiram que eu ponha em letra 14, a negrito e sublinhado – *“que há um grupo de trabalho”*. A questão importante é a defesa do município de Setúbal e sabemos que a APSS não está contra isso. A questão passa por tentarmos colocar o assunto numa discussão de um grupo de trabalho, que já existe ou até porventura, possa suscitar esclarecimentos que suportem a discussão já existente. Por isso não vale a pena mesmo complicar.

**Sr. Vice-Presidente** – Tem razão! Ligando o *“simplificómetro”* consensualizamos que não há consenso em tudo. Retiramos este parágrafo e transmitimos esta posição à APSS, como aqui foi apresentado.

Passamos à saudação seguinte que é a atribuição de um prémio a João Oliveira - Prémio Archiprix Portugal.

**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Peço desculpa interrompe-lo, está votada a recomendação?

**Sr. Vice-Presidente** – Está adotada a recomendação.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Com o parágrafo ou sem o parágrafo?

**Sr. Vice-Presidente** – Sem o parágrafo.



**Sr. Vereador Nuno de Carvalho** – Retirei o parágrafo, mas não sei se o PS vai votar a favor ou não. Acho que era importante ter a votação.

**Sr. Vice-Presidente** – Não quer consensualizar a falta de consenso?

Não está proposta a votação!

Para sermos facilmente cumpridores das normas da lei de funcionamento das autarquias, quando quisermos trazer uma moção, um documento ou uma posição que seja adotada pelo município, devemos propô-la para agenda e votá-la dentro do período da ordem de trabalhos, porque a lei pura e simplesmente diz, *“Só podem ser tomadas deliberações, sobre os assuntos que constam no período da ordem do dia”*. Não é antes da ordem do dia que devemos votar.

Aqui consensualizamos, debatemos e transmitimos o consenso. Está certo?

Leu a saudação *“João Oliveira - Prémio Archiprix Portugal”*, ficando a mesma anexa à presente ata, sob o registo n.º 13:

*“A Câmara Municipal de Setúbal saúda o jovem arquiteto setubalense João Oliveira pela conquista do prémio Archiprix Portugal, com uma tese de mestrado intitulada “Interstícios do dualismo urbano em Maputo”.*

*O Prémio Archiprix Portugal, tal como descrito no sítio na Internet desta organização, distingue anualmente os melhores trabalhos de fim de curso de mestrado apresentados nas áreas de Arquitetura, Urbanismo e Arquitetura Paisagista. O Archiprix é um prémio de temática livre, puramente institucional e académico que dá visibilidade à diversidade e qualidade académica da mais jovem geração de arquitetos. O Archiprix destaca um coletivo de projetos que espelha os desafios e aspirações de cada Concorrente, Orientador e Instituição de Ensino do território nacional.*

*O Prémio Archiprix Portugal foi instituído em 2012 pela Fundação Archiprix (Roterdão) e Fundação Serra Henriques (Lisboa) envolvendo de forma plural e independente a Ordem dos Arquitetos, a Trienal de Arquitetura de Lisboa, Casa da Arquitetura, Docomomo Internacional e o corpo docente das Instituições de Ensino de Arquitetura, Urbanismo e Arquitetura Paisagista portuguesas.*

*Archiprix Portugal enquadra-se na Rede Internacional Archiprix, constituída pelas iniciativas congéneres Archiprix Holanda, Espanha, Chile, Europa Central (Bósnia Herzegovina, Áustria, Hungria, Croácia), Turquia, Itália e Rússia. Faz também parte da rede Archiprix o prémio de abrangência global - Archiprix Internacional.*

*Está, assim, de parabéns mais um setubalense, reafirmando a importância da nossa cidade e do nosso concelho na geração de novos e qualificados valores nas mais variadas áreas do saber.”*

**Sr. Vice-Presidente** – Não havendo objeções sobre esta saudação, considera-se também adotada por consenso.

## **B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

A Ordem de Trabalhos da reunião, entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2, do artigo 25.º, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 44/15, de 07 de janeiro, consta em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 14.

### **Índice**

#### **A) Período de Antes da Ordem do Dia**

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação).**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia.**

#### **B) Período da Ordem do Dia**

- 1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 23 de maio de 2018.**

2. *Deliberação n.º 175/18 – Proposta n.º 41/2018 – DAFRH – Alteração ao Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno do Município de Setúbal – Adaptação ao regime jurídico estabelecido na Lei N.º 105/2015, de 25 de agosto.*
3. *Deliberação n.º 176/18 – Proposta n.º 43/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração do responsável do Fundo Maneio DOM/SMTEM e alteração dos valores do Fundo Maneio do SPRP.*
4. *Deliberação n.º 177/18 – Proposta n.º 45/2018 – DAFRH/DIGEF – 1.ª revisão ao orçamento.*
5. *Deliberação n.º 178/18 – Proposta n.º 46/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para o fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública do concelho de Setúbal, no ano letivo de 2018/2019, podendo o prazo de execução do contrato ser prorrogado por mais um ano letivo.*
6. *Deliberação n.º 179/18 – Proposta n.º 47/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a concessão do direito de exploração do Bar/Cafetaria do Parque Urbano de Albarquel.*
7. *Deliberação n.º 180/18 – Proposta n.º 48/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Adenda.*
8. *Deliberação n.º 181/18 – Proposta n.º 49/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso público para a concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de postes de sinalética direcional publicitária no concelho de Setúbal – Concurso público n.º 9/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP.*
9. *Deliberação n.º 182/18 – Proposta n.º 16/2018 – DURB – Requerer ao governo a declaração de utilidade pública de expropriação, com caráter urgente, do prédio misto com 20520 m2, sito em Setúbal, na União de Freguesias de Setúbal, designado por “Quinta da Pontinha” e dos direitos de propriedade e usufruto a ele inerentes, por absolutamente necessário para a implementação do “Projeto de regularização do troço final a céu aberto da Ribeira da Figueira – Passagem hidráulica dos Arcos e bacia de retenção” e para a expansão do Parque Urbano, com integração, nomeadamente, de recintos desportivos e equipamentos lúdicos e de lazer – Ribeira da Figueira – União de Freguesias de Setúbal.*
10. *Deliberação n.º 183/18 – Proposta n.º 17/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração ao loteamento municipal CHE Força de Todos – Pontes – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.*
11. *Deliberação n.º 184/18 – Proposta n.º 18/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração ao loteamento municipal da Praça de Portugal – Praça de Portugal – Freguesia de São Sebastião.*
12. *Deliberação n.º 185/18 – Proposta n.º 19/2018 – DURB/DIPU/GAMOT – Regulamento Específico de Zonas de Estacionamento Controlado na Praia da Figueirinha.*
13. *Deliberação n.º 186/18 – Proposta n.º 20/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Rua Capitão Salgueiro Maia (Capitão de Abril – 1944-1992); Rua António Victor Prachedes (1.º Cabo de Cavalaria 1944-1966) – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra.*
14. *Deliberação n.º 187/18 – Proposta n.º 21/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua da Saúde – Freguesia do Sado.*
15. *Deliberação n.º 188/18 – Proposta n.º 22/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Prolongamento de topónimo – Rua Octávio Pato (Antifascista – 1925-1999) – Freguesia do Sado.*
16. *Deliberação n.º 189/18 – Proposta n.º 23/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Avenida Baía de Setúbal – Freguesias Sado e São Sebastião.*
17. *Deliberação n.º 190/18 – Proposta n.º 24/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Estrada das Oliveiras – Freguesia de São Sebastião.*

18. *Deliberação n.º 191/18 – Proposta n.º 25/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Álvaro Sobral Rodrigues (Resistente Antifascista – 1934-2010) – Freguesia de São Sebastião.*
  19. *Deliberação n.º 192/18 – Proposta n.º 26/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Padre Álvaro Teixeira (Pároco de São Sebastião – 1941-2016) – Freguesia de São Sebastião.*
  20. *Deliberação n.º 193/18 – Proposta n.º 27/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua da Indústria – Freguesia de São Sebastião.*
  21. *Deliberação n.º 194/18 – Proposta n.º 28/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Largo D. Manuel Martins (1.º Bispo de Setúbal – 1927-2017) – Freguesia de São Sebastião.*
  22. *Deliberação n.º 195/18 – Proposta n.º 29/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Prolongamento de topónimo – Rua 25 de Abril – União das Freguesias de Azeitão.*
  23. *Deliberação n.º 196/18 – Proposta n.º 30/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Praça Doutor Francisco Gonçalves de Oliveira (Médico) – União das Freguesias de Azeitão.*
  24. *Deliberação n.º 197/18 – Proposta n.º 31/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Estrada de Santo António – União das Freguesias de Setúbal.*
  25. *Deliberação n.º 198/18 – Proposta n.º 42/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar N.º 2/2018/DAFRH/DIRH-AP – Paulo Alexandre Simões Araújo.*
  26. *Deliberação n.º 199/18 – Proposta n.º 44/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar N.º 3/2018/DAFRH/DIRH-GC – Alcino Paulo Jordão.*
  27. *Deliberação n.º 200/18 – Proposta n.º 64/2018 – DCED/SMBM – Doação de aguarela ao Município.*
  28. *Deliberação n.º 201/18 – Proposta n.º 65/2018 – DCED/DISOC – Ateliês de Verão 2018 – apoios financeiros.*
  29. *Deliberação n.º 202/18 – Proposta n.º 66/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Festa em Honra de Nossa Senhora da Conceição.*
- C) Período destinado à intervenção do Público**

**1. Projeto de ata da reunião ordinária de câmara de 23 de maio de 2018**

O Sr. Vice-Presidente submeteu o projeto de ata a votação, tendo sido aprovado por unanimidade e em minuta, sem o voto do Sr. Vereador Nuno Carvalho, por não ter estado presente nesta reunião.

**2. Deliberação n.º 175/18 – Proposta n.º 41/2018 – DAFRH – Alteração ao Regulamento Municipal do Licenciamento do Exercício da Atividade de Guarda-Noturno do Município de Setúbal – Adaptação ao regime jurídico estabelecido na Lei N.º 105/2015, de 25 de agosto**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 15 e 16, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

3. **Deliberação n.º 176/18 – Proposta n.º 43/2018 – DAFRH/DIGEF/SECONT – Alteração do responsável do Fundo Maneio DOM/SMTEM e alteração dos valores do Fundo Maneio do SPRP**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 17, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

4. **Deliberação n.º 177/18 – Proposta n.º 45/2018 – DAFRH/DIGEF – 1.ª revisão ao orçamento**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 18 a 24, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

5. **Deliberação n.º 178/18 – Proposta n.º 46/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para o fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância e para alunos do 1.º ciclo do ensino básico, da rede pública do concelho de Setúbal, no ano letivo de 2018/2019, podendo o prazo de execução do contrato ser prorrogado por mais um ano letivo**

O Sr. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 25 a 27.

**Sra. Vereadora Teresa Andrade** – A proposta vem muitíssimo bem fundamentada, bem como o caderno de encargos, no entanto temos alguma dúvida face ao tempo útil de execução deste concurso e da forma como ele vai poder decorrer, uma vez que estamos em junho, a maior parte das propostas dos anos anteriores têm sido apresentadas em abril e ainda tem que ir à Assembleia Municipal, ao Tribunal de Contas. Como é que, finalizando este processo provavelmente em setembro, vamos conseguir iniciar o ano escolar e ter resposta para as refeições escolares?

**Sr. Vice-Presidente** – Temos Assembleia Municipal este mês, significa que vai ser aprovada ainda este mês e depois vai para visto do Tribunal de Contas, mas no entendimento dos serviços isto pode ser encadeado com o anterior. Este ano letivo vai terminar a 31 de agosto e o ano letivo 2018/2019, começa em 1 de setembro e vai terminar em 31 de agosto de 2019. Ainda há tempo de implementar, se não houver um atraso excepcional e anormal do Tribunal de Contas.

**Sr. Vereador Ricardo Oliveira** – Para além de que, a questão está salvaguardada pela norma que foi aprovada há um ano, na possibilidade de prorrogação do contrato atualmente em vigor. Havendo alguma necessidade de prorrogação e não estando este procedimento ainda concluído por alguma dificuldade processual, que é normal se verificarem, tal como este está previsto, os contratos têm a prerrogativa do contrato anterior. O Dr. Paulo Hortênsio está-me a chamar a atenção e bem, que hoje mesmo recebemos a confirmação do visto do Tribunal de Contas, para a eventualidade da prorrogação.

**Sr. Vice-Presidente** – Está garantido que há continuidade na prestação do serviço.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**6. Deliberação n.º 179/18 – Proposta n.º 47/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso Público para a concessão do direito de exploração do Bar/Cafetaria do Parque Urbano de Albarquel**

O Sr. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 32.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Isto não tem nenhum recheio, não tem nada, é só mesmo a estrutura?

**Sr. Vice-Presidente** – O recheio é do concessionário.

**Sr. Vereador Nuno Carvalho** – Normalmente numa concessão e quando se abre o concurso designa-se o que é que lá está, se tem algum ativo, por exemplo, se for um escritório pode ter secretárias e computadores, se for um restaurante pode ter ou não.

**Sr. Vice-Presidente** – É só a estrutura, o recheio é o concessionário que irá colocar.

Não tendo havido mais discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**7. Deliberação n.º 180/18 – Proposta n.º 48/2018 – DAFRH – Empréstimo referente a projetos cofinanciados pelo PORTUGAL 2020 – Adenda**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 33 e 34, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 abstenções dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

**8. Deliberação n.º 181/18 – Proposta n.º 49/2018 – DAFRH/DIGEF/SECPP – Concurso público para a concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação de postes de sinalética direcional publicitária no concelho de Setúbal – Concurso público n.º 9/2018/DAFRH/DIGEF/SECPP**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 35 a 37, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

9. **Deliberação n.º 182/18 – Proposta n.º 16/2018 – DURB – Requerer ao governo a declaração de utilidade pública de expropriação, com carácter urgente, do prédio misto com 20520 m2, sito em Setúbal, na União de Freguesias de Setúbal, designado por “Quinta da Pontinha” e dos direitos de propriedade e usufruto a ele inerentes, por absolutamente necessário para a implementação do “Projeto de regularização do troço final a céu aberto da Ribeira da Figueira – Passagem hidráulica dos Arcos e bacia de retenção” e para a expansão do Parque Urbano, com integração, nomeadamente, de recintos desportivos e equipamentos lúdicos e de lazer – Ribeira da Figueira – União de Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 38 e 39, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

10. **Deliberação n.º 183/18 – Proposta n.º 17/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração ao loteamento municipal CHE Força de Todos – Pontes – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 a 44, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

11. **Deliberação n.º 184/18 – Proposta n.º 18/2018 – DURB/DIPU/GAPU – Alteração ao loteamento municipal da Praça de Portugal – Praça de Portugal – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 45 a 49, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

12. **Deliberação n.º 185/18 – Proposta n.º 19/2018 – DURB/DIPU/GAMOT - Regulamento Específico de Zonas de Estacionamento Controlado na Praia da Figueirinha**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 a 52, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 6 votos a favor do Sr. Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores da CDU e 4 votos contra dos Srs. Vereadores do PS e PSD.

**Sr. Vereador Fernando Paulino** – Fez a seguinte declaração de voto: “O Partido Socialista votou contra a proposta de Regulamento de Estacionamento da Figueirinha, por esta proposta não contemplar a redução das tarifas nesta praia para valores praticados noutras praias da zona.”

**Sr. Vice-Presidente** – Fez a seguinte declaração de voto: “A participação popular na consulta pública efetivou-se e teve resultados. Como viram nesta proposta estão contidos os resultados desta mesma consulta pública, com alterações adotadas, nomeadamente na eliminação daquele estacionamento privativo para toda a época, 500,00€, e na redução do valor máximo, onde havia um erro de cálculo, e que foi chamado a atenção pelos munícipes que fizeram propostas e recomendações durante os 30 dias em que esteve a decorrer a consulta pública. Não são os 9,00€, mas sim 8,00€, e houve essa correção também.

Foi bastante útil e teve efetividade este período de consulta pública em que houve propostas apresentadas, sugestões e recomendações, e até houve propostas no sentido do agravamento daquilo que tem sido mais polémico, nomeadamente no custo do estacionamento durante um período de horas em que há maior intensidade de calor, de sol. Conjugando essa normalidade do período de discussão pública de 30 dias a que a proposta foi sujeita, e considerando o primeiro teste que foi feito no domingo, dia 17 de junho, primeiro dia de calor no fim-de-semana, foi feita uma circulação normalíssima, com uma utilização em boa densidade do Parque do Outão, com uma utilização também do Parque da Figueirinha em que o cuidado dos automobilistas em não ocupar a faixa de rodagem, em não colocarem as rodas já dentro da faixa de rodagem não ultrapassando os traços contínuos laterais, também se notou, com alguma exceção ao pé da Albarquel. Apesar de tudo há polémicas que podem ter a sua utilidade e esta também alertou as pessoas que não podem impedir a circulação.

Tudo funcionou normalmente no quadro deste regulamento, daí que se justifique perfeitamente a aprovação, sem mais dúvidas, de um documento que após discussão pública veio agora para aprovação final e vai ser submetido à apreciação da Assembleia Municipal. Está justificado o voto da maioria CDU.”

**13. Deliberação n.º 186/18 – Proposta n.º 20/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimos – Rua Capitão Salgueiro Maia (Capitão de Abril – 1944-1992); Rua António Victor Prachedes (1.º Cabo de Cavalaria 1944-1966) – Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 53, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 187/18 – Proposta n.º 21/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua da Saúde – Freguesia do Sado**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 54, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 188/18 – Proposta n.º 22/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Prolongamento de topónimo – Rua Octávio Pato (Antifascista – 1925-1999) – Freguesia do Sado**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 55 e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

16. **Deliberação n.º 189/18 – Proposta n.º 23/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Avenida Baía de Setúbal – Freguesias Sado e São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 56, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

17. **Deliberação n.º 190/18 – Proposta n.º 24/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Estrada das Oliveiras – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 57, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

18. **Deliberação n.º 191/18 – Proposta n.º 25/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Álvaro Sobral Rodrigues (Resistente Antifascista – 1934-2010) – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 58, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

19. **Deliberação n.º 192/18 – Proposta n.º 26/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua Padre Álvaro Teixeira (Pároco de São Sebastião – 1941-2016) – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 59, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

20. **Deliberação n.º 193/18 – Proposta n.º 27/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Rua da Indústria – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 60, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

21. **Deliberação n.º 194/18 – Proposta n.º 28/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Largo D. Manuel Martins (1.º Bispo de Setúbal – 1927-2017) – Freguesia de São Sebastião**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 61, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.



**22. Deliberação n.º 195/18 – Proposta n.º 29/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Prolongamento de topónimo – Rua 25 de Abril – União das Freguesias de Azeitão**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 62, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 196/18 – Proposta n.º 30/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Praça Doutor Francisco Gonçalves de Oliveira (Médico) – União das Freguesias de Azeitão**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 63, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 197/18 – Proposta n.º 31/2018 – DURB/DIPU/GASIG – Atribuição de topónimo – Estrada de Santo António – União das Freguesias de Setúbal**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 64, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**25. Deliberação n.º 198/18 – Proposta n.º 42/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar N.º 2/2018/DAFRH/DIRH-AP – Paulo Alexandre Simões Araújo**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 65 e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM, 1 voto NÃO e 1 voto em BRANCO.

**26. Deliberação n.º 199/18 – Proposta n.º 44/2018 – DAFRH/DIRH – Processo disciplinar N.º 3/2018/DAFRH/DIRH-GC – Alcino Paulo Jordão**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vice-Presidente, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 66, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação por escrutínio secreto, sendo aprovada por maioria e em minuta, com 8 votos SIM, 1 voto NÃO e 1 voto em BRANCO.

**27. Deliberação n.º 200/18 – Proposta n.º 64/2018 – DCED/SMBM – Doação de aquarela ao Município**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 67, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**28. Deliberação n.º 201/18 – Proposta n.º 65/2018 – DCED/DISOC – Ateliês de Verão 2018 – apoios financeiros**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**29. Deliberação n.º 202/18 – Proposta n.º 66/2018 – DCED/DICUL – Apoio à Festa em Honra de Nossa Senhora da Conceição**

Após a apresentação da proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pina, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 69, e não tendo havido discussão sobre a mesma, o Sr. Vice-Presidente submeteu a proposta a votação, sendo aprovada por unanimidade e em minuta.

**B) Período destinado à intervenção do público**

**Sr. Artur Cardoso** – O meu nome é Artur Cardoso, sou residente na Suíça há mais de 30 anos e no princípio do ano fiz um investimento aqui em Setúbal no valor de um milhão de euros para uma residência sénior.

Já tenho o parecer positivo da Segurança da Social, mas o que me tem atrasado um pouco, não sei se é normal aqui, é o processo na câmara. Fui perguntar há uns dias, qual seria o tempo que ainda ia demorar o processo na câmara e disseram-me que, possivelmente ia demorar um pouco mais, porque agora iam entrar numa fase crítica, que é o período de férias.

Um investimento deste tamanho tem custos altos mensais, para além de ter que vir cá todos os meses, e não é fácil tratar disto. A pergunta que faço é se há alguma hipótese de tratar disto por um meio legal que seja um pouco mais rápido.

Segunda pergunta, o imóvel que comprei tem uma licença legal para habitação e foi-me pedido agora um comprovativo se os muros existentes são legais. Se comprei agora o imóvel e tem uma licença de habitação, julgo que são legais, e segundo dizem os vizinhos, os muros foram feitos pela Junta Autónoma das Estradas, por isso julgo que esteja tudo legal e não serei eu a comprovar tudo isso.

Gostava que me ajudassem, porque não conheço bem as leis em Portugal e nem sei quais são os passos que tenho a dar. Hoje era previsto que tivesse presente o arquiteto, mas por motivos de força maior ele não pôde vir.

**Sr. Vice-Presidente** – Pelo facto de se estar no período de férias os serviços não vão parar e não se irão atrasar especialmente quando há investimentos em causa.

O que apenas lhe vou dizer é que vamos providenciar uma marcação urgente para os próximos dias, nesta semana ou no princípio da próxima, no Departamento de Urbanismo, com a diretora do departamento ou com os técnicos que indicar.

Já teve algum contacto com o departamento através dos serviços de atendimento? Já reuniu com técnicos da câmara? Não. Então tem que dar esse passo, portanto, o seu contacto está aqui na ficha e vamos-lhe marcar uma reunião com os técnicos superiores da câmara para apresentar o seu projeto, a sua pretensão e ver o enquadramento que ele deve ter. Vamos marcar rapidamente um atendimento e se o senhor está disponível e está por cá poderá comparecer nos serviços técnicos para fazer a apresentação dos seus projetos, da sua intenção e ver todas as viabilidades e os passos que tem que dar, para não se andar a atrasar o processo.

**Vanessa Sequeira** – Leu um documento, do qual fez entrega, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 70.

**Sr. Vice-Presidente** – Todas as intervenções do público ficam sempre apenas às atas e quando são apresentadas por escrito mais facilmente ficarão e posso-lhe esclarecer que os pedidos feitos por escrito todos têm resposta, quer haja estudos, quer não haja estudos, será um Plano de Prevenção, um Plano Cartográfico da estrada ou não. Os estudos de enquadramento da Orla Costeira ou o Plano de Prevenção da Floresta da Arrábida existem e esses são os que enquadram. Se há o plano das estradas ou não, julgo que já não há, mas são entregues os documentos disponíveis que existam ou que enquadrem as pretensões que manifestaram.

Quanto a apresentar as propostas alternativas é legítima a participação de todos que estiveram presentes durante a discussão do ponto em que se aprovou o regulamento após o período de discussão pública que já terminou. A iniciativa que tomaram de debater a questão publicamente, infelizmente, não teve da vossa parte a participação formal e natural neste período de discussão pública durante os trinta dias e nada disseram sobre a proposta em discussão.

As propostas alternativas eram até ao dia 14, deviam ter aparecido, expliquei que alguns foram até contemplados, mas como não apareceram agora parece um pouco extemporâneo essa continuação de discussão.

Quanto aos guardiões da serra, quero tentar reconhecer todos os cidadãos de Setúbal como guardiões da serra, especialmente as pessoas que o dizem, mas os eleitos nesta câmara também são guardiões da serra e propõem e aprovam as deliberações para ordenar o uso da serra, das praias e das vias, tendo que reduzir o risco de graves acidentes naquela zona. São guardiões da serra, são guardiões do bem-estar da população e são guardiões de utilidade democrática, de utilização democrática e com equidade dos recursos naturais que são escassos e que nem sempre chegam para todos. Somos todos guardiões da serra.

É bom que nos entendamos assim para não dar a entender que uns atacam a serra e que outros defendem a serra. Não é assim, e em geral, todos gostamos da serra e gostam menos aqueles que a maltratam, aqueles que deixam o lixo na serra, que gostam mais do seu usufruto momentâneo, do seu egoísmo, tratando mal a serra sujando-a e deixando, às vezes, os carros no meio da faixa de rodagem.

Ainda há pouco referi que esta discussão que tem havido sobre a questão do sistema de circulação e de estacionamento, pelo menos no início, terá tido alguma virtude e espero que a mantenha para levantar a consciência às pessoas que não podem impedir os outros de circular, que não podem impedir os meios de socorro quando forem necessários e, portanto, não podem estacionar dentro das faixas de rodagem e acho que houve uma tentativa de cumprimento desta regra, em geral, de reduzir a infração ao Código da Estrada que é de não pôr um carro estacionado no meio da estrada para ir depois para a praia.

O Parque do Outão funcionou e foi bastante com o Parque da Figueirinha para dar ocupação, porque vamos ver o número de pessoas que utilizaram as praias e não houve redução de utentes da praia, houve um aumento de utentes da praia. O número de pessoas transportados de autocarro também subiu em relação ao ano anterior, portanto, não foi utilizado praticamente aquele parque de estacionamento de recuo, mas o sistema normal de acesso à praia por transporte público e pelas viaturas que lá chegaram fez-se com bastante normalidade, com alguns reparos até de pessoas que se sentiram mais descansadas na praia. O burburinho dos carros que não passam uns pelos outros, que ficaram ali parados à espera de um “chega para lá, chega para cá para eu passar”, de uma buzina, isso criou um ambiente de usufruto da praia bastante mais saudável e mais descansado. Várias referências nesse sentido apareceram também.

Não restringimos o acesso a nada que é nosso no sentido de algumas pessoas que fazem a sua manifestação de interesse, o que é nosso é mais vasto que um grupo, o que é nosso é da população toda, não é de um grupo de Facebook ou de um grupo de Twitter. O que é nosso é geral, o que é nosso é de toda a população, daí que as medidas tomadas parecem que estão

no bom caminho, não quero ser absolutista, ainda só houve um fim-de-semana com calor, este foi o primeiro domingo e esperemos que daqui para a frente se mantenha esta capacidade de resposta sem reduzir e até parece que vai aumentar a capacidade de carga ou seja a ocupação da carga que as praias podem ter, quer na Figueirinha, quer no Creiro, quer em Galapos, quer em Galapinhos, quer em Albarquel. Parece-me que está a aumentar a capacidade e se isso acontecer assim, significa que estas medidas de restrição do transporte automóvel estão a dar resultados, é o que nos parece que está a acontecer.

Planos de emergência existem sim e nós comunicá-los-emos aqueles que são do conhecimento público em relação aos incêndios, em relação à contenção das arribas, que não são da responsabilidade da câmara, como se sabe, mas o que existe os serviços têm já identificada e se não a deram até hoje ela será transmitida dentro de dias. Como viram a discussão calma e serena que aqui fizemos há pouco sobre esta proposta de regulamento, depois da discussão pública, é que vai para a Assembleia Municipal e só depois disso é que se torna efetiva.

Durante a discussão calma e serena houve propostas de cidadãos em concreto em relação a questões em concreto que até foram contempladas, houve outras propostas agravando mais algumas condicionantes de acesso do automóvel à praia, outras propondo também que as duas rodas pagassem a taxa de estacionamento na praia, porque as duas rodas também são poluentes. Houve um leque de propostas, umas no sentido de aliviar o custo, outras no sentido de agravar, como vêm a questão nunca é simples.

Quanto à propriedade dos bens naturais, ela não é restrita, não é de nenhum grupo, peço desculpa Dona Vanessa ou a quem a acompanha, mas toda a população reivindica a propriedade do bem público, todos nós aqui eleitos temos que salvaguardar o acesso em condições democráticas o mais possível com a maior equidade possível para um melhor usufruto de todos em igualdade de condições. É isso que nos compete fazer e é isso que fizemos depois de muito tempo, muitas consultas de muitas entidades, não é porque nos parece. Não formulámos soluções e projetos de circulação e estacionamento "agora apetece-me fazer assim, vamos lá ver se dá", foi depois de muito trabalho, de muitas entidades consultadas, de todas as que têm intervenção na zona, foi um trabalho técnico apurado para se colher uma solução que de entre as várias medidas que pode condicionar a circulação automóvel sem impedir ou favorecendo o acesso à praia.

Onde o impedimos em absoluto, fazemos uma coisa também em absoluto, propiciamos o transporte coletivo a custo zero, porque se impediu os carros de circular no troço entre a Figueirinha e o Creiro, aí a câmara assume o custo do transporte e ninguém paga. É muito difícil, é muito caro, com uma família inteira que pode usar o seu carro, pode ir à Figueirinha deixar a família de 4-5 pessoas ou num carro de nove lugares deixar lá 8 pessoas, perde mais meia hora no ir e voltar ao estacionamento da Secil e com um euro volta a estar na praia daí a 15 minutos. Utiliza o seu carro, gastou um euro, volta a utilizar o seu carro para ir buscar a família e vem-se embora, maior comunidade que isto com um estacionamento e um posto de paragem que fica a um passo da areia da praia, julgo que não é fácil de encontrar com ordenamento, com salvaguarda e redução máxima dos riscos de calamidade pela obstrução da via pública. É isso que se pretende e até agora parece, pela discussão pública feita, pelas propostas apresentadas, pela experiência deste último fim-de-semana que está a resultar.

Resta-me apelar ao sentido de responsabilidade cívica de todos, não é porque é nossa a Arrábida, tem que ser um nosso muito grande e que inclui todos os cidadãos, não é o nosso do meu grupo, é de todos. Guardiões da Arrábida somos todos, não é o meu grupo. Temos que nos assumir assim para que ganhemos mais cidadania e para que preservemos os bens que são comuns e são escassos, são finitos, e é o nosso comportamento que estraga a natureza ou o nosso bom comportamento que a preserva. É nesse sentido que todos nós também temos que consensualizar comportamentos e sim apelar a que não se fique no meio da estrada, apelar a que se use a praia pelo transporte individual ou coletivo da forma mais racional.

No que respeita à polémica do custo, sempre há custo, não podemos fazer deslocações sem custos, mas julgo que estamos no bom caminho e se não tivermos a prática o dirá. É evidente

que ninguém vai pensar que o executivo quer tomar medidas que não tenham um bom resultado, que compliquem em vez de simplificar, que ainda criem mais riscos em vez de os aliviar, julgo que isso não tem razoabilidade nenhuma. Queremos que resultem, se não estiver a resultar teremos que fazer alguma coisa para que passe a resultar.

Julgo que a discussão que tem sido feita em torno disto tem tido a sua utilidade, o regulamento que hoje é aqui aprovado e que vai ser remetido à Assembleia Municipal conclui que não foi difícil fazer esta discussão e é exemplo disso a discussão que hoje aqui se fez para a votação deste regulamento em fase final, e como todos perceberam nem houve polémica nenhuma.

Agora cada um é livre de pôr as suas questões como entender, por as suas reivindicações, mas não nos preocupamos com isso e nem fazemos guerras no Facebook ou no Twitter, cada um tem o direito e os seus meios de se expressar, mas o município, os órgãos municipais têm a obrigação de tomar as medidas em função dos interesses de todos, não de um grupo, não de quem tem a percepção que é o mais guardião que os outros.

**Sr. Augusto Cruz** – Falou sobre assuntos genéricos do nosso país, nomeadamente sobre os nossos governantes, a nossa economia política, a Segurança Social, a saúde, as condições dos trabalhadores, as PPS e a Europa.

Referiu ainda que Portugal está a precisar de um novo e cristalino 25 de Abril para se fazer uma nova criação como faz a própria Islândia, onde foi criada uma nova constituição elaborada por todas as gamas de cidadania.

Questionou também quando é que o executivo camarário pensa em melhoramento ou mesmo na construção de novas casas de habitação para quem realmente necessita.

**Sr. Augusto Vidal Marques** – Como a maior parte de vocês já sabem, vou-me aposentar no dia 1 de agosto e como as férias já estavam marcadas, hoje é o meu último dia de trabalho e lembrei-me em vir aqui despedir-me de todos vós de uma forma institucional, embora já me tivesse despedido de alguns entre discursos, moscatéis e outras festividades do género, mas assim fica mais institucional.

Foi há 40 anos, quase 41 anos, que comecei a trabalhar nesta casa e fui admitido de uma forma da qual me orgulho muito, vi o anúncio num jornal, não conhecia ninguém na câmara, não houve pedido de ninguém, respondi ao anúncio e com alguma surpresa, admito, fui chamado e aqui estou.

Estes quase 41 anos foram um acidente de vida, mas que se tornou num acidente saboroso e as transformações que houve nesta casa durante estes anos foram qualquer coisa de espantoso.

Recordo-me que quando comecei aqui a trabalhar poucos meses depois era tal a falta de espaço para os funcionários trabalharem que a sala de sessões foi subdividida com divisórias amovíveis de alumínio. Muitos de vocês não chegaram a conhecer, mas lá trabalhei durante anos. Quando hoje vim aqui à reunião, não sabia que a sala de sessões estava em obras, julgava que a reunião ia ser no local onde cheguei a trabalhar.

Esta foi uma passagem, do ponto de vista pessoal e profissional, feliz. Gostei de trabalhar na Câmara Municipal de Setúbal, foi aqui que me fiz homem, me fiz um profissional, aqui conheci muitas pessoas com quem foi muito saboroso trabalhar.

Trabalhei com cinco Presidentes de Câmara e algumas dezenas de vereadores, o que é obra. Tenho muitas histórias para contar de todos eles, mas não vou contar, não se assustem, porque se não ficávamos aqui muito tempo.

Mas sobre Presidentes de Câmara há quatro momentos que gostaria de recordar. O primeiro de todos foi quando o meu primeiro chefe aqui na câmara, cujo nome não vou citar, com o qual sempre tive uma relação de cão e gato, em certa altura, quando eu era ainda muito jovem, muito inseguro e muito necessitado, propôs ao Sr. Presidente da Câmara que não me renovasse o contrato e não havia nada de muito importante por detrás disso, era apenas por me dar mal com ele e ele dar-se mal comigo. O Sr. Presidente da Câmara, Orlando Curto, chamou-me e disse-me que tinha um papel onde estava proposto o meu despedimento e que

estava muito admirado com a situação e perguntou-me o que é que tinha a dizer, e lá me expliquei e dei as minhas razões. O Sr. Orlando Curto disse que sendo assim que ia guardar o papel na gaveta e que se eu lhe demonstrasse que era um bom funcionário o papel nunca sairia da gaveta, se pelo contrário não corresse bem tiraria o papel da gaveta e tomaria as devidas decisões.

Parece que a gaveta nunca foi aberta, porque 41 anos depois ainda cá estou, mas foi um gesto que me marcou, como podem imaginar.

Anos mais tarde, o outro Presidente da Câmara que se seguiu, uma pessoa com quem tive um relacionamento sempre muito agradável, Francisco Lobo, que tinha o hábito de nesta época de o ano ir viver para o Parque de Campismo que existia onde é hoje o Parque Urbano de Albarquel. Tinha lá uma boa tenda, confortável, tinha uma mesa pouco maior que esta que estava do lado de fora da tenda à porta e ali dava o seu despacho. Ele percebeu que eu achava graça aquela brincadeira, porque era a mim que me tocava, não me recordo quais eram os dias da semana, terça e quinta-feira talvez, eram dois dias por semana, e lá ia eu para o Parque de Campismo de Albarquel para despacho do Sr. Presidente Francisco Lobo. Imaginem meus caros amigos, o prazer que isso me dava. A população passava, ele era um homem muito popular, e todos o cumprimentavam e ali estávamos nós impavidamente a despachar documentos. Essa é também uma pequena história pessoal marcante.

A seguir ao Sr. Francisco Lobo foi Presidente da Câmara o Prof. Mata Cáceres, um homem a quem eu devo a integração em cargos de chefia nesta câmara, em funções de responsabilidade e foi com ele que comecei a ser alguém nesta casa, porque até então era apenas um jovem que ia a despacho, com muito prazer, no Parque de Campismo.

O Mata Cáceres, pessoa por quem tenho uma grande admiração e respeito e que devo esta integração em cargos de toda a responsabilidade e uma mais ativa participação nos destinos desta casa.

Não tenho muito a dizer do Presidente Carlos Sousa, porque foi relativamente curta a passagem dele nesta câmara e não tive ocasião para trabalhar com ele.

No outro dia, numa conversa pessoal que tive com a Sra. Presidente Maria das Dores, não lhe referi isto, esqueci-me, mas fica aqui publicamente. À Sra. Presidente Maria das Dores devo uma palavra amiga, uma mão amiga, uma palavra de conforto num dos momentos mais difíceis que passei nesta casa e que foi o momento que se seguiu a ter deixado de ser Diretor do Departamento de Obras Municipais. Foi uma fase francamente má que passei, porque senti muito a cessação dessas funções e foi ela que com uma mão amiga me deu funções que me permitiram voltar a ter algum protagonismo nesta casa. Em todo o caso, e com isto vou chegando ao fim do que queria dizer, não impede que me vá embora com um misto de satisfação de ter passado aqui anos muito bons da minha vida pessoal e profissional, mas com uma pequena mágoa de nos últimos anos, que foram anos brilhantes de desenvolvimento do concelho, da cidade e até da estrutura da Câmara Municipal, não ter sido chamado a participar nesse esforço com um pouco mais de impacto.

Particpei e acho que cumpri sempre as minhas funções o melhor que pude e nunca recusei nada do que me foi pedido, mas levo esta pequenina mágoa de não ter participado ainda mais. As circunstâncias assim o justificaram, não estou zangado com ninguém, aconteceu, por vezes a vida das pessoas é ditada também por pequenos incidentes no tempo e no espaço e nas emoções.

Era isto que vinha aqui dizer e julgava que o ia fazer na outra sala. Se aqui comecei há 40 décadas de profissão ao serviço da câmara, pois aqui me despeço e vocês são quem representa esta Câmara Municipal, portanto, a vocês digo muito obrigado e mais uma vez expresso o bom que foi e o prazer que tive nesta participação. Muito obrigado a todos.

**Sr. Vice-Presidente** – Não se vá embora. Tem que levar algum troco.

Este executivo, como qualquer executivo, tem muito agrado em ouvir um funcionário que termina a sua longa e completa carreira, ainda com ânimo, com vigor da sua vida pessoal e profissional, com vontade sempre de participar, tendo sido testemunha até de um bom funcionamento e até da democracia que nos traz a estes lugares.

Passaram por cá vários presidentes, e essa rotação é um bom sinal de funcionamento da democracia, é bom e é normal. É agradável que alguém saia sem amarguras, nem com aquela sensação de ter sido sempre incompreendido, ou sempre perseguido, ou sempre esquecido, não foi esse o caso e é em nome deste executivo que também lhe quero devolver o agradecimento pelo bom desempenho, pela sua disponibilidade, pelo contributo que deu ao desempenho das funções neste município e nas áreas em que trabalhou. Em relação ao universo dos trabalhadores, é um dos vários e bons trabalhadores deste município e que este município quer reconhecer.

Muito obrigado pela sua longa e boa vida profissional, pelo contributo que deu a este município, que o mesmo é dizer, o bom trabalho que acabou por fazer ao serviço da população do Município de Setúbal, só por si preenche aquela primeira promessa, aquele primeiro juramento quando se assumem cargos públicos, cumprir o bem público, cumprir e fazer cumprir a Lei e a Constituição e o serviço para o bem das populações.

É um bom exemplo desse serviço público. Este executivo devolve-lhe o agradecimento pela oportunidade que nos deu vindo aqui, no seu último dia de trabalho, para terminar onde começou. Vamos agora à outra sala a seguir para lhe dar um último abraço de despedida.

O Sr. Vice-Presidente submeteu à votação e aprovação as deliberações tomadas em minuta, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Vice-Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezoito horas e quarenta minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4, do artigo 57.º, da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Vice-Presidente da Câmara,



Manuel Joaquim Pisco Lopes

Esta ata que foi aprovada em reunião de Câmara de 18 de julho de 2018, por unanimidade, contém 31 folhas numeradas e rubricadas pelo Sr. Vice-Presidente.

O Diretor do Departamento de Administração Geral, Finanças e Recursos Humanos



Paulo Jorge Simões Hortênsio

Ata elaborada por:

Helena Rosa  
Vitor Marcos

Conferida por:

Ana Cristina Claro